

ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA DA UFMG

Geralda Luiza de Miranda¹
José Angelo Machado¹
Danúbia Godinho Zanetti²
Laura Ponte de Freitas Campos³

Introdução

O princípio de “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” é uma das grandes novidades da Constituição Federal de 1988 (art. 207). Traduz um longo aprendizado de alunos, professores e gestores, adquirido no cotidiano do ensino superior, de que a articulação dessas três dimensões da universidade é profícua para cada uma delas individualmente, além de maximizar a capacidade da universidade para contribuir para o desenvolvimento econômico e social do País⁴.

O primeiro passo dessa trajetória foi dado com a articulação entre a produção do conhecimento (a pesquisa) e sua transmissão (o ensino), uma estratégia que rompeu a fronteira entre essas duas dimensões da universidade. A partir de então, aprende-se ao mesmo tempo em que se produz conhecimento e vice-versa; democratizou-se a produção do conhecimento, ao se colocar alunos e professores no campo da pesquisa; ampliaram-se os recursos e aprimoraram-se metodologias de ensino-aprendizagem e de pesquisa. Um salto de qualidade na produção do conhecimento e em sua transmissão foi logrado com a articulação da pesquisa e do ensino com a extensão universitária, definida pela Política Nacional de Extensão Universitária como um “processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 15), concepção que foi incorporada à Resolução nº 07/2018, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que define a extensão universitária nos seguintes termos:

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (RESOLUÇÃO CES/CNE nº 07, art. 3º).

¹ Professores do Departamento de Ciência Política/FAFICH/UFMG.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/FAFICH/UFMG.

³ Graduanda do Curso de Gestão Pública/FAFICH/UFMG.

⁴ Trabalho apresentado no III ENEPCP, realizado em Natal/RN, de 27 a 30/08/2019. Agradecemos o apoio da Diretoria da Fafich, do Departamento de Ciência Política/FAFICH/UFMG, da PROEX/UFMG e da PROGRAD/UFMG ao desenvolvimento do Programa de Imersão e à participação no evento.

Cabe destacar ainda que a articulação da extensão com o ensino e a pesquisa também maximiza sua capacidade para contribuir com a sociedade e a universidade, ao mesmo tempo em que amplia os campos de pesquisa e melhora a qualidade do ensino. Ao aproximar alunos e professores universitários dos diferentes segmentos, organizações e movimentos sociais, confrontá-los com os mais diversos, complexos e, muitas vezes, graves problemas sociais e apresentar a esses atores os inúmeros recursos e possibilidades construídos pelos diferentes segmentos e instituições, a extensão universitária produz dois resultados importantes. Primeiro, ela fecunda a pesquisa com novas e instigantes indagações e com os saberes construídos na prática, na rotina das organizações e movimentos e na vivência dos atores sociais. Segundo, ela amplia o conceito de “sala de aula”, na medida em que o espaço de aprendizado ultrapassa as paredes físicas da faculdade e alcança os diferentes territórios e instituições sociais, multiplicando os recursos e metodologias de ensino-aprendizagem. Por outro lado as ações de extensão se tornam estratégias excelentes de aplicação imediata e direta do conhecimento científico para a solução de problemas sociais emergentes ou urgentes, mediante propostas, entre outras, de inovação tecnológica, aprimoramento de políticas públicas, capacitação de atores sociais e institucionais e desenvolvimento de tecnologias sociais.

No âmbito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tem havido um esforço continuado no fomento à extensão universitária, conduzido pela Pró-Reitoria de Extensão (Proex), de forma articulada ao ensino e à pesquisa. Apesar da escassez de recursos, em especial financeiros, a UFMG desenvolveu o Sistema de Informação da Extensão (Siex), que reúne dados sobre as centenas de ações desenvolvidas no âmbito da instituição, e estimula, inclusive com financiamento de bolsas de graduação, o desenvolvimento de ações de extensão. Recentemente, a articulação entre o ensino e a extensão também entrou na agenda da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), que passou a financiar bolsas de extensão para alunos da pós-graduação, em um esforço pioneiro de articulação entre o ensino de graduação, ensino de pós-graduação e a extensão universitária. Contando com esse consistente apoio institucional, as ações de extensão da UFMG são desenvolvidas sob a forma de projetos, que podem ser ou não articulados em um programa, prestação de serviços, cursos e eventos, abrangendo as diversas áreas do conhecimento, departamentos e cursos de graduação e pós-graduação.

No curso de graduação em Gestão Pública da UFMG, sediado pelo Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), assim como em todos os cursos do Campo de Públicas, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão é, ao mesmo tempo, uma estratégia central para o aprimoramento de cada uma dessas dimensões da vida acadêmica, nos termos descritos acima, e uma exigência para sua qualificação. A interlocução de alunos e professores com profissionais que atuam nos órgãos públicos governamentais e não-governamentais permite a eles conhecerem os problemas e desafios enfrentados na gestão cotidiana dos serviços públicos e as estratégias que estão sendo construídas, nessa prática, para a solução desses problemas ou para a prevenção de outros. Além de permitir que os alunos se aproximem de seu futuro campo profissional, essa articulação abre espaço

para que o conhecimento acumulado por gestores, professores e alunos seja trocado e testado empírica e academicamente, e, não menos importante, para que a academia contribua, de forma direta e imediata, para o aprimoramento das políticas que estão sendo desenvolvidas nos órgãos públicos dos diferentes níveis de governo e instituições públicas não-governamentais.

O objetivo deste trabalho é apresentar a experiência de articulação entre extensão, pesquisa e ensino desenvolvida pelo curso de Gestão Pública da UFMG: o *Programa de Imersão no Campo de Públicas: o Curso de Gestão Pública e a Prática Profissional*. Iniciativa do Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública inaugurada em 2017, esse programa está atualmente constituído por três projetos de extensão e diversos eventos a eles vinculados. O primeiro projeto, denominado *Extensão Universitária no Curso de Gestão Pública*, articula, de forma mais estreita, a pesquisa e, principalmente, o ensino e a extensão universitários. É desenvolvido no decurso das disciplinas de Laboratório, mediante a realização de parcerias com órgãos das prefeituras municipais e instituições não-governamentais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Seu objetivo é o desenvolvimento, por equipes de alunos sob a coordenação de professores, de produtos diversos de interesse dos parceiros, muitos deles envolvendo pesquisa, destinados a aprimorar a gestão e as políticas públicas desenvolvidas nessas instâncias. O segundo projeto, *Gestão Além do Horizonte*, também articula ensino e extensão, ao envolver alunos do curso na elaboração de planos municipais de diferentes áreas de política pública, também sob a coordenação de professores do DCP. O terceiro projeto, *Gestão Pública: Práticas Avançadas*, agrega produtos configurados também a partir de demandas de municípios parceiros, mas desenvolvidos por alunos egressos das disciplinas de Laboratório, recrutados por meio de edital específico. Os trabalhos são elaborados também sob a supervisão de professores do DCP e de outros departamentos da UFMG. O objetivo é atender tempestivamente demandas de municípios parceiros, que, por motivos diversos, não podem ser atendidas no âmbito das disciplinas de Laboratório, e, ao mesmo tempo, multiplicar as oportunidades de participação discente em ações de extensão universitária.

Na primeira seção do trabalho, são descritos os traços gerais e a trajetória do curso de Gestão Pública da UFMG, situando, nessa trajetória, a criação do Programa de Imersão pelo Colegiado de Coordenação Didática, a partir do aprendizado adquirido em experiências semelhantes desenvolvidas em outros cursos da UFMG e do Campo de Públicas; na segunda seção, o foco é colocado no desenho do Programa de Imersão e dos projetos que o constituem, destacando-se sua contribuição para o aprimoramento do curso; por fim, da terceira seção, são apresentados os produtos desenvolvidos no âmbito do projeto Extensão Universitária no Curso de Gestão Pública, indicando-se as áreas temáticas a que se referem e seu escopo e, a partir de pesquisa junto aos parceiros de semestres anteriores, uma análise da incorporação das contribuições realizadas à gestão pública municipal.

1. O Curso de Gestão Pública da UFMG e o processo de formulação do Programa de Imersão

O curso de Gestão Pública foi criado em 2008, no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tendo sua primeira turma recrutada em 2009. A iniciativa justificou-se, conforme exposto no Projeto Pedagógico, a partir da compreensão, por parte dos professores do Departamento de Ciência Política, da FAFICH, de que “[a]s mudanças na organização do Estado e a crescente complexidade das relações sociais” requeriam uma “formação universitária inovadora (...) – o gestor público - cujo âmbito de atuação em muito ultrapassa a concepção restrita do funcionário público e até mesmo do burocrata especializado”. A importância desse profissional se justificaria, por um lado, pela ampliação das esferas de atuação e de intervenção dos governos, que exigira a “criação de órgãos e funções especializadas, cujos objetivos só são realizados mediante planejamento criterioso da alocação de recursos escassos”; e, por outro lado, pelo surgimento e expansão de “novas formas de mobilização e de participação de diferentes grupos sociais, que aspiram ter acesso a e influir em processos deliberativos que ocorrem tanto no âmbito do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo” (COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA, 2018, p. 9-10).

O gestor público deveria, na compreensão daquele coletivo, ter uma “formação profissional mais completa e especializada para com a coisa pública tanto no âmbito estatal quanto nos espaços não estatais vinculados a processos deliberativos públicos ou à execução de políticas e programas governamentais”, abrangendo “conhecimentos referidos à organização, ao funcionamento e à gestão dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a organizações públicas estatais e não-estatais nacionais e internacionais”, incluindo “formação teórica e metodológica que permite o estudo e a compreensão de processos políticos pertinentes ao âmbito de gestão da coisa pública, destacando a lógica das interações entre atores políticos nas diversas arenas em que se confrontam no sistema político organizado sob a forma de república federativa” (idem, p. 11-12).

A proposta de criação do curso de Gestão Pública teve amparo legal na Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, do MEC, que se refere, entre outros, aos cursos de Ciências Sociais. Essa situação, no entanto, foi alterada a partir da mobilização das instituições de ensino que possuem cursos congêneres ao de Gestão Pública, que resultou na formação do Campo de Públicas, e da criação da Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas (ANEPCP). Os atores componentes do Campo de Públicas, em geral, e a ANECP, em particular, em intensa interlocução com o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o MEC, lograram definir parâmetros específicos para os cursos desse campo. Em decorrência desse diálogo, foram definidas em 2014, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação em Administração Pública, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à

Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas. Os cursos até então constituídos deveriam fazer a adequação da estrutura curricular e projeto pedagógico até 2016.

A reforma do curso de Gestão Pública da UFMG começou a ser implementada no segundo semestre de 2015. Além da incorporação das diretrizes curriculares nacionais, foram realizadas modificações destinadas a aprimorar dimensões do curso consideradas insuficientes ou inadequadas nas avaliações internas até então realizadas, entre elas, pesquisas com egressos, docentes e alunos do curso e avaliações institucionais periódicas dos cursos de graduação da UFMG.

A nova estrutura curricular do curso de Gestão ficou organizada em três eixos: teórico-conceitual; fundamentos para análise e conhecimento aplicado. Este último eixo inclui disciplinas de formação básica e profissional que possibilitam aos alunos maior aproximação com as tarefas, desafios e possibilidades colocados em seu futuro campo de atuação profissional, articulando a pesquisa, o ensino e a extensão universitária. Entre as disciplinas que compõem esse eixo, destacam-se Monitoramento e Avaliação de Projetos; Metodologias Participativas de Planejamento Público; Laboratório de Formulação e Avaliação de Projetos e Laboratório de Gestão Pública.

Partindo do suposto de que a melhor forma de implementar as disciplinas do eixo Conhecimento Aplicado seria mediante a articulação entre o ensino e extensão, o Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública designou, em 2016, uma comissão formada por dois professores e um aluno para estudar experiências de imersão profissional no âmbito do ensino público universitário e propor uma estratégia que fosse adequada às especificidades do curso de Gestão Pública. A estratégia inicial da comissão foi conhecer experiências bem sucedidas de imersão profissional. Foram analisadas as seguintes experiências:

- Programa de Internato Rural, da Faculdade de Medicina da UFMG. Instituído em 1978, esse programa foi pioneiro na formação médica em nível nacional, propiciando um estágio de caráter obrigatório com duração de um trimestre, para vivência da realidade sanitária dos municípios conveniados à UFMG, que forneciam transporte, alojamento e alimentação durante a estadia dos estudantes (POLIGNANO *et. all*, 2004);
- Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal (PRINAGEM). Desenvolvido pela Fundação João Pinheiro. Propicia, aos discentes, por um mês, experiência presencial de assessoramento aos municípios nas áreas de planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de projetos, a partir de termo de parceria firmado junto aos municípios. Discentes do 5º ao 7º períodos atuam em duplas sendo as atividades concentradas no mês de janeiro (MINAS GERAIS-FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2016).
- Ateliês de Gestão de Políticas Públicas, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Trata-se de oferta disciplinar em sequência (Ateliê I, II, III, IV, V e VI), estando as disciplinas sob a responsabilidade de dois professores e divididas em conteúdos teóricos e

práticos ao longo de carga horária de 120 horas aula, sendo 90 presenciais e 30 não presenciais. Os alunos desenvolvem produtos relacionados às atribuições de órgãos públicos vinculados aos três níveis de governo, incluindo diagnósticos de situação social; termo de referência; projetos sociais; avaliação de programas ou políticas existentes; simulação de orçamento; proposta de política pública para resolver um problema, dentre outros⁵;

- Unicidade. Desenvolvido pelo curso de graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (USP). Abarca oferta de disciplina optativa e extensão universitária com objetivo de viabilizar a imersão de docentes no cotidiano da administração pública municipal mediante prestação de assistência técnica em pequenos municípios do Estado de São Paulo, com orientação de professor e duração de uma semana, baseando-se em prévia articulação entre prefeituras e USP, a partir de entrevistas (COELHO, RIBEIRO, CÔRREA, 2015).

Além destas, a comissão também tomou conhecimento de outras experiências desenvolvidas na Universidade Nacional de Brasília (UNB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Universidade Federal do Cariri (UFCA) (REFERÊNCIA 7). Após a análise desse conjunto, foram consideradas algumas características relevantes do curso de Gestão Pública da UFMG, em especial as seguintes:

- O horário noturno, o que traz limitações óbvias à atuação de boa parte dos discentes, que trabalha ou faz estágios no período diurno, para participar de iniciativas de imersão, o que não torna conveniente que se torne uma atividade obrigatória para todos alunos;
- A limitação dada pelo calendário escolar da UFMG, que restringe as eventuais experiências presenciais de imersão aos meses de férias ou a curtas visitas durante o período letivo;
- As longas distâncias entre Belo Horizonte e os municípios mineiros, o que restringe as atividades de imersão aos municípios mais próximos, em especial, os que compõem a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH);
- A carência de recursos, incluindo financeiros, para deslocamentos, estadia e alimentação dos alunos durante os trabalhos no campo.

A partir dessas considerações, optou-se por um desenho de imersão que (1) articula ensino e extensão universitária em duas disciplinas optativas de Laboratório, componentes do eixo Conhecimento Aplicado, previstas na estrutura curricular, de forma que os alunos pudessem realizá-las em dois semestres, consecutivos ou não; (2) as atividades pudessem ser iniciadas, desenvolvidas e concluídas em um único semestre letivo, permitindo a avaliação de desempenho e creditação curricular; (3) permite visitas aos municípios com retorno no mesmo dia; (4) não demanda investimentos financeiros significativos. O desenho do Programa de Imersão possui todas as vantagens, às quais se acrescenta a

⁵ Agradecemos à Prof. Sandra Gomes as informações detalhadas sobre o projeto.

potencialização dos efeitos positivos da articulação entre ensino, pesquisa e extensão universitária tratados na Introdução, como pode ser verificado na próxima seção.

2. O Programa de Imersão e seus componentes

Como antecipado na introdução, o Programa de Imersão está atualmente constituído por três projetos de extensão: (i) Extensão Universitária no Curso de Gestão Pública; (ii) Gestão Além do Horizonte; (iii) Gestão Pública: Práticas Avançadas. Cronologicamente, o projeto Extensão Universitária foi criado alguns meses antes do Programa de Imersão, no primeiro semestre de 2017. No segundo semestre de 2017, quando foi criado o projeto Gestão Além do Horizonte, também destinado a articular o ensino e a extensão, a criação de um programa conjugando as diferentes ações de extensão em desenvolvimento no âmbito do curso de Gestão Pública foi vista como a melhor estratégia a se adotar, na medida em que permitiria flexibilidade suficiente para agregar diferentes ações com o mesmo escopo, que poderiam se fortalecer mutuamente. O projeto Gestão Pública: Práticas Avançadas foi criado no primeiro semestre de 2019, com o objetivo de agregar trabalhos desenvolvidos por alunos egressos das disciplinas de Laboratório, atendendo tempestivamente demandas municipais não contempladas no âmbito das disciplinas de Laboratório e multiplicando as oportunidades de participação discente em ações de extensão universitária.

Com esse escopo, o Programa de Imersão amplia a oferta de ações de extensão universitária no curso de Gestão Pública. Conforme a regulamentação desse curso⁶, o envolvimento dos alunos com a extensão universitária pode ocorrer também mediante sua participação/realização de outras modalidades das denominadas Atividades Integralizadoras de Crédito (AIC), que abrangem ensino, pesquisa e extensão. As AIC específicas de extensão universitária são as seguintes: (i) participação em projetos de extensão desenvolvidos por professores do DCP, sejam eles componentes ou não do Programa de Imersão, ou de outros departamentos e cursos da UFMG; (ii) participação em projetos de extensão desenvolvidos em outras instituições de ensino superior; (iii) organização e participação em eventos; e, por fim, a (v) vivência profissional, modalidade de estágio não-obrigatório (de 200 horas) que os alunos podem realizar a partir do quinto período, que pode ser acumulada com as duas disciplinas obrigatórias de Estágio Curricular (que totalizam 300 horas). A creditação derivada da realização das duas disciplinas de Laboratório soma oito créditos (são disciplinas de 60 horas, equivalentes a quatro créditos); a participação em projetos de extensão equivale a seis créditos, no caso de projetos de extensão

⁶ No que se refere à temática aqui tratada, especificamente o Projeto Pedagógico e a Resolução nº 02/2016, que trata das Atividades Integralizadoras de Crédito.

desenvolvidos no âmbito da UFMG, como é o caso dos projetos que compõem o Programa de Imersão, e cinco créditos, no caso de projetos de extensão de outras instituições de ensino. Somados os créditos das duas disciplinas de Laboratório com a participação em projetos de extensão da UFMG e de outras IES, chega-se a 19 créditos. Com a realização das outras AIC relativas à extensão universitária (organização e participação em eventos, que equivale a quatro créditos; vivência profissional, que equivale a quatro créditos), o curso de Gestão Pública possibilita a integralização de até 27 créditos, superando, assim, a exigência do Plano Nacional de Educação de integralização de pelo menos 10% da grade curricular em extensão universitária⁷. Junto com o Estágio Curricular, esse conjunto de atividades de ensino e extensão tem o potencial de promover não apenas uma aproximação consistente dos alunos com seu futuro campo de atuação profissional, mas também maximizar os resultados positivos, antecipados na Introdução, da articulação entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso de Gestão Pública.

Voltando aos componentes do Programa de Imersão, o projeto pioneiro é o Extensão Universitária no Curso de Gestão Pública, cujas ações são desenvolvidas no decurso de duas disciplinas optativas componentes da grade curricular do curso, especificamente Laboratório de Gestão Pública e Laboratório de Formulação e Avaliação de Projetos. Desde a criação do projeto, essas disciplinas têm sido ofertadas, alternadamente, em todos os semestres, o que permite aos alunos se envolverem com a extensão universitária no decurso de disciplinas regulares, em dois semestres letivos, consecutivos ou não. Para a matrícula nas disciplinas de Laboratório, passou-se a exigir, no último semestre, que os alunos tenham cursado as disciplinas obrigatórias Planejamento Público, do quarto período, e Formulação e Avaliação de Projetos, do quinto período. Esses pré-requisitos têm por objetivo restringir o acesso à disciplina aos alunos que se encontram mais bem-equipados teórica e metodologicamente para contribuir efetivamente na elaboração dos produtos demandados pelos gestores públicos parceiros.

O projeto Gestão Além do Horizonte tem por objetivo prestar assessoria a municípios de Minas Gerais na realização de planos setoriais. A criação deste projeto surgiu a partir de uma parceria entre professores do DCP com gestores da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR-MG), incorporando, em seu desenvolvimento gestores de prefeituras mineiras interessadas na elaboração do Plano Municipal de Turismo.

O projeto Gestão Pública: Práticas Avançadas agrega produtos diferenciados, demandados por parceiros diversos, que são desenvolvidos por equipes de alunos recrutados por meio de edital. Seu objetivo é atender de forma ágil às demandas de municípios parceiros, sem necessariamente observar o cronograma semestral de uma disciplina, ao mesmo tempo em que oferece campo para aprofundamento da

⁷ A grade curricular do curso de Gestão Pública é constituída por 200 créditos (3.000 horas), como exigido pela Resolução CNE/CES nº 2, de 2007, nas Diretrizes Nacionais do Curso de Administração Pública, de 2004, que regulamenta os cursos do Campo de Públicas e na Resolução Complementar nº 01/2018, do CEPE/UFMG, que institui as Normas Gerais de Graduação da UFMG.

experiência de imersão no campo profissional para alunos que já passaram pela disciplina de Laboratório.

O Programa de Imersão, assim como todos os projetos que o constituem, tem dois objetivos: o primeiro é ampliar os instrumentos e estratégias do processo de ensino-aprendizagem, mediante a aproximação de alunos e professores do curso de Gestão Pública às diferentes atividades, problemas e possibilidades que compõem o campo de atuação dos gestores públicos de órgãos governamentais e não-governamentais. Sabendo da rotina sobrecarregada dos gestores municipais e considerando que a interlocução com atores externos e a incorporação de novas atividades nessa rotina sempre implica custos de tempo e, eventualmente, recursos, o segundo objetivo do programa é, em contrapartida, oferecer aos parceiros contribuições efetivas para a solução de problemas que estão sendo por eles enfrentados ou propostas de aprimoramento das políticas públicas sob sua responsabilidade.

Considerando que a qualidade das contribuições oferecidas nesses projetos depende do quanto nelas é incorporado o conhecimento teórico e metodológico desenvolvido e ou ensinado na academia e da compatibilização desse conhecimento àquele que é construído no exercício cotidiano da gestão pública, assim como de informações sobre recursos, desafios e possibilidades que compõem o cenário de atuação dos gestores parceiros, são adotadas duas estratégias. A primeira é a mobilização de outros professores do DCP, e eventualmente de outros departamentos da UFMG, para prestar orientação complementar à equipe dos trabalhos sempre que o problema a ser enfrentado requer conhecimentos e técnicas fora da área de competência do professor responsável ou dos alunos que compõem as equipes. Considerando a natureza multidisciplinar da gestão pública, essa estratégia tem sido utilizada com relativa frequência, como será visto na terceira seção. A segunda estratégia é a interlocução estreita com os parceiros ao longo do desenvolvimento dos trabalhos. No início do semestre, quando o desenho do trabalho está sendo definido, a interlocução é mais intensa e ocorre principalmente em reuniões na UFMG ou visitas de campo; ao longo do desenvolvimento do trabalho, conversas por telefone, e-mail ou Skype costumam ser suficientes. Mas há variações importantes entre os projetos que compõem o Programa de Imersão no que se refere à forma e ritmo da interlocução, o que está relacionado com o escopo de cada deles, como pode ser visto nas seções que seguem.

Projeto Extensão Universitária no Curso de Gestão Pública

Como antecipado, este foi o projeto pioneiro do Programa de Imersão. Desenvolvido em articulação com as disciplinas de Laboratório, seu objetivo é a realização, por equipes de alunos matriculados na disciplina, sob a supervisão dos professores a elas designados, de trabalhos que contribuam para o aprimoramento da gestão ou das políticas públicas desenvolvidos pelos diferentes órgãos parceiros. A interlocução entre a equipe do projeto e os gestores inicia-se, em geral, em um *workshop* realizado nas primeiras semanas do semestre letivo. O objetivo desse evento é apresentar o projeto aos gestores

interessados e definir o escopo inicial dos produtos por eles demandados. A interlocução desenvolve-se ao longo do processo de elaboração do trabalho, nos moldes indicados na seção anterior, terminando apenas em um Seminário Final, cujo objetivo é apresentar aos parceiros e à comunidade acadêmica os trabalhos que foram desenvolvidos.

A organização do *workshop* inicia-se no semestre anterior à sua realização, quando são feitos a divulgação do projeto junto às prefeituras da RMBH e os convites à parceria. Nessas atividades de divulgação do projeto e prospecção de novos parceiros, o curso de Gestão Pública contou inicialmente com o importante apoio da Agência Metropolitana de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, órgão do Governo de Minas Gerais. No último semestre, foi também constituída uma equipe de alunos da disciplina Laboratório para fazer visitas a prefeituras da RMBH para divulgar o projeto e prospectar parcerias. Cabe destacar ainda que alguns órgãos têm sido parceiros recorrentes do projeto. Nesses casos, a pactuação do trabalho a ser realizado no semestre seguinte tem sido realizada ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, sendo, muitas vezes, um desdobramento de trabalhos anteriores.

A dinâmica do *workshop* consiste da apresentação do projeto pelo professor responsável pela disciplina de Laboratório no semestre em curso, o coordenador do Colegiado e os alunos matriculados na disciplina; na sequência, os gestores apresentam os problemas ou questões para os quais pretendem obter contribuições; finalmente, são dados os encaminhamentos necessários para o início das atividades, como reuniões na UFMG entre os gestores e os alunos que desenvolverão os trabalhos por eles demandados ou visitas da equipe da UFMG aos municípios. A dinâmica do Seminário Final é mais simples. Consiste na apresentação sucinta dos trabalhos pelos alunos que os elaboraram no decurso da disciplina, encerrando-se com um debate.

O desenvolvimento dos trabalhos ocorre, como antecipado, no decurso do semestre letivo. Nas primeiras aulas da disciplina de Laboratório, o professor recupera metodologias de planejamento; faz recomendações quanto a atitudes e comportamentos a serem adotados ao longo da interlocução com os parceiros; pactua a dinâmica a ser seguida no desenvolvimento da disciplina; conclui a constituição das equipes que desenvolverão os diferentes trabalhos; e, por fim, pactua os prazos de entrega do plano de trabalho (com cronograma das atividades a serem desenvolvidas por cada equipe) e o formato preliminar do projeto do trabalho a ser desenvolvido e do relatório final. Para as aulas subsequentes, são agendadas a orientação e supervisão individual dos trabalhos em desenvolvimento. Para cada aula, há agendamento com equipes específicas, com periodicidade adequada ao grau de dificuldade encontrado por cada uma delas e à complexidade do trabalho. Nas aulas finais, há treinamento da apresentação dos trabalhos que será feita no Seminário Final.

Ainda no que se refere ao desenvolvimento dos trabalhos, cabe destacar que a orientação e supervisão desenvolvidas pelo professor da disciplina Laboratório não se restringe à sala de aula, abrangendo

também reuniões em horários diferentes da disciplina, contatos telefônicos ou por e-mail. Para o acompanhamento das equipes e a orientação dos trabalhos têm sido mobilizados alunos da pós-graduação, que têm atuado como estagiários docentes ou monitores; alunos do curso de Gestão que realizaram a disciplina em semestres anteriores, que têm atuado como monitores; e outros professores do DCP e de outros departamentos da UFMG, que têm contribuído na orientação de trabalhos que exigem conhecimento especializado. O envolvimento desse conjunto de atores tem sido fundamental para a qualidade dos trabalhos desenvolvidos e o aprendizado dos alunos.

Para a incorporação de alunos de graduação e pós-graduação ao projeto, seja como monitores ou estagiários docentes, seja como extensionistas, o projeto Extensão Universitária no Curso de Gestão Pública contou com o importante apoio da Proex e da Prograd, que, em 2017, financiaram, no âmbito do programa de Fomento de Bolsas para Programas e Projetos de Extensão (Pbext - Proex), uma bolsa de extensão para aluno de graduação, por 12 meses, e, no âmbito do Programa Formação em Extensão Universitária (Prograd/Proex), uma bolsa para aluno de pós-graduação, também por 12 meses. Esses aportes foram essenciais para a implementação do projeto, na medida em que permitiram a incorporação de alunos com maior capacidade e disponibilidade para o desenvolvimento das atividades. Essa equipe de apoio foi significativamente ampliada no segundo semestre de 2018 e primeiro semestre de 2019, com a incorporação de alunos da graduação, que tinham cursado a disciplina em semestres anteriores, e alunos de pós-graduação, para a realização ou não de estágio docente.

Nos quatro semestres de vigência, foram desenvolvidos no âmbito das disciplinas de Laboratório 31 produtos. As contribuições abrangem projetos de intervenção em políticas setoriais, diagnósticos, análises de políticas e de processos, notas técnicas e materiais didáticos. O detalhamento das temáticas e a contribuição que os trabalhos ofereceram à gestão são os temas da terceira seção deste trabalho.

Aqui, cabe destacar ainda que, nas três primeiras edições da disciplina Laboratório, a adesão dos alunos do curso de Gestão Pública foi bastante significativa (32 matrículas, em 2017/2; 39, em 2018/1; 49, em 2018/2), caindo primeiro semestre de 2019, (11 matrículas)⁸.

Projeto Gestão Pública: Práticas Avançadas

Com a diminuição do número de alunos matriculados e a existência de demandas de parceiros recorrentes do projeto, o Colegiado optou por implementar a ideia de criação de projetos de extensão avulsos com equipes de alunos que fizeram a disciplina de Laboratório em semestres anteriores, também sob a coordenação dos professores designados para as disciplinas de Laboratório. Assim, a partir do primeiro semestre de 2019, começaram a ser criados, a partir da demanda de gestores parceiros ou de

⁸ O número de alunos matriculados é diferente do número de alunos frequentes. Em geral, após o início das aulas, há trancamentos ou desistências, o que pode levar à diminuição do número de alunos que concluem a disciplina.

equipes de alunos mais experientes, projetos de extensão para atendimento de demandas específicas, não cobertas pelas turmas das disciplinas de Laboratório.

Os dois primeiros trabalhos que estão sendo desenvolvidos neste projeto têm o formato de diagnóstico situacional e são destinados aos municípios de Sabará e São José da Lapa. O primeiro é um diagnóstico das crianças em idade pré-escolar em situação de risco social, que está sendo elaborado por três alunos; o segundo é um diagnóstico da institucionalização de crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos, que está sendo elaborados por quatro alunos. A duração prevista para ambos os projetos, não obedecendo exatamente ao calendário semestral do ensino universitário, é de cerca de oito meses.

Projeto Gestão Além do Horizonte

O Gestão Além do Horizonte foi o segundo projeto do Programa de Imersão. Seu objetivo é oferecer aos alunos em Gestão Pública uma imersão no desenvolvimento real de elaboração de instrumentos de planejamento municipal. Seus objetivos específicos são a divulgação do curso de graduação em Gestão Pública no âmbito estadual, facilitando a futura inserção dos egressos no mercado de trabalho mineiro; prover aos discentes uma experiência profissional em processos de planejamento público e assessorar os municípios parceiros na elaboração de planos municipais nas diversas áreas setoriais como meio de acesso futuro a recursos disponibilizados pelo Governo Federal.

Na definição do público-alvo do projeto, optou-se pelos municípios com menos de 50 mil habitantes, que correspondem a cerca de 70% dos municípios mineiros. São estes que, em geral, apresentam menor capacidade técnica e necessitam mais de transferências financeiras dos outros níveis de governo para implementar as políticas nacionalmente coordenadas. A definição da área setorial em que será prestada a assessoria ocorre em interlocução com órgãos parceiros dos governos federal ou estadual. Posteriormente, são incorporadas entidades representativas dos municípios mineiros, incluindo órgãos governamentais e, dependendo da área setorial, organizações sociais e empresas.

O escopo da assessoria abrange a coordenação da atuação das equipes de planejamento das prefeituras municipais; orientação a essas equipes no que se refere às diretrizes de planejamento emanadas pelos ministérios; suporte metodológico para a coleta e sistematização de dados, assim como para a formalização dos documentos finais que constituem cada plano. Cabe destacar que a assessoria não abrange o conteúdo técnico especializado, como instrumentos de engenharia. Os dados a serem trabalhados seguem a padronização usual dos principais bancos públicos, o que dispensa recursos especiais de estatística.

Delineados os traços gerais dos três projetos que compõem atualmente o Programa de Imersão, são apresentados na próxima seção, os produtos elaborados no âmbito destes três projetos, nos quatro últimos semestres.

3. Os trabalhos desenvolvidos nos projetos componentes do Programa de Imersão

Uma apresentação aprofundada acerca dos três projetos que compõe o Programa de Imersão é o foco desta seção. Realizamos o mapeamento dos municípios atendidos, número de alunos envolvidos, natureza e temas dos trabalhos desenvolvidos e de sua contribuição para a gestão pública. Nos dois anos de vigência do Programa, foram entregues 31 trabalhos, e quatro estão em execução. Para a análise do conjunto dos trabalhos, foram considerados os dados disponíveis na plataforma SIEX; para a análise da contribuição para a gestão municipal dos trabalhos desenvolvidos no Projeto Extensão Universitária, os dados foram coletados por meio de questionário aplicado aos gestores dos oito municípios parceiros. Esse questionário foi respondido no mês de junho de 2019, por gestores de sete municípios.

Os trabalhos foram classificados quanto à sua natureza e ao tema a que se referem. Quanto à natureza, os trabalhos foram distribuídos em cinco tipos: diagnóstico de gestão; diagnóstico situacional; análise de política pública; projeto de intervenção; e material didático; quanto à temática, a distribuição foi feita em também cinco tipos: gestão de pessoas; orçamento e finanças; inovação; gestão de processos; e políticas públicas. Foram classificados como diagnóstico os estudos, notas técnicas, pareceres ou análises sobre a configuração de e ou tendências em situações específicas. O *diagnóstico de gestão* são estudos que subsidiam a elaboração de projetos destinados ao aprimoramento de processos ou atividades administrativas, e *diagnóstico situacional*, estudos que subsidiam a elaboração de projetos de intervenção do Estado na sociedade, em políticas setoriais específicas. As *análises de políticas públicas* destinam-se a revelar desafios e possibilidades colocados pelo desenho das políticas, configuração e atuação dos atores envolvidos, dinâmica ou configuração dos recursos em diferentes etapas ou seus resultados, efeitos e impactos. Os *projetos de intervenção* abrangem o planejamento de recursos, atores e operações destinadas a impactar uma situação problema em áreas setoriais específicas, com vistas ao desenvolvimento social e ou econômico. Os *materiais didáticos* destinam-se à capacitação de gestores públicos em temáticas ou processos específicos ou à orientação dos cidadãos.

Cabe destacar que todos os trabalhos envolveram, em maior ou menor medida, interlocução estreita com os gestores, seja presencial, em reuniões na UFMG ou visitas técnicas aos municípios, seja a distância, por telefone ou e-mail, além de pesquisa da literatura e documental. Cabe destacar que, para alguns trabalhos, foram realizadas também pesquisas empíricas, envolvendo coleta, tratamento e análise de dados primários. Esse escopo corrobora o argumento desenvolvido nas seções anteriores relativamente à relação profícua entre pesquisa, ensino e extensão universitária.

No que segue, são apresentadas as especificidades de cada um dos projetos que compõem o Programa de Imersão e, na sequência, a análise dos trabalhos desenvolvidos e a sua contribuição, na visão dos gestores municipais, para a gestão pública, assim como algumas sugestões deles para o aprimoramento do Programa.

Projeto Extensão Universitária no Curso de Gestão Pública

Conforme apresentado anteriormente, cabe aos alunos matriculados nas disciplinas de Laboratório o desenvolvimento dos trabalhos em retorno às demandas apresentadas pelos municípios parceiros. Como as duas disciplinas de Laboratório são ofertadas em semestres alternados, os discentes têm a oportunidade de cursá-las em sequência, o que lhes oferece oportunidade de acumular mais experiências em seu campo profissional. O total de alunos que compuseram as disciplinas de Laboratório ao longo desses dois anos é de 131 discentes.

Nesses dois anos de vigência, o projeto de Extensão Universitária contou com oito municípios parceiros, sendo eles: Belo Horizonte, Betim, Lagoa Santa, Matozinhos, Nova União, Taquaraçu de Minas, São Joaquim de Bicas e São José da Lapa. Como antecipado na seção anterior, cabe aos parceiros apresentar desafios e problemas por eles enfrentados no *workshop* coordenado pelo professor titular da disciplina, no início de cada semestre. Na sequência, as demandas são apresentadas aos alunos da disciplina de Laboratório, que também podem participar do evento, cabendo a eles formarem os grupos que ficarão responsáveis pelo atendimento de cada uma das demandas.

No decorrer dos quatro semestres analisados, dois municípios estiveram presentes como parceiros de forma contínua, são eles: Belo Horizonte, com oito trabalhos entregues, e Matozinhos, com quatro trabalhos. Os demais parceiros foram: Nova União, com seis trabalhos entregues; São José da Lapa, com cinco; Lagoa Santa, com três. Os municípios de Betim, Taquaraçu de Minas e São Joaquim de Bicas participaram apenas um semestre e foram beneficiados, cada um, com um trabalho. Na Figura 1, é apresentada a localização desses municípios no Estado de Minas Gerais.

Figura 1 – Parceiros do Projeto de Extensão Universitária e sua distribuição na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte. Elaboração Própria.

Como pode ser observado, embora ainda incipiente no Estado e situando-se predominantemente na RMBH, o Projeto Extensão Universitária apresenta bom potencial de abrangência territorial, considerando seu curto prazo de vigência.

Projeto Gestão Pública: Práticas Avançadas

No âmbito deste projeto, dois trabalhos foram iniciados no primeiro de semestre de 2019, advindos de demandas manifestadas pelos municípios de Sabará e São José da Lapa, que requeriam, no entendimento da equipe envolvida no Programa de Imersão, retorno rápido, dada a complexidade da solicitação apresentada.

A demanda apresentada por São José da Lapa foi de um diagnóstico situacional na área de Assistência Social. O objetivo era subsidiar uma proposta de intervenção para o enfrentamento de um problema enfrentado na política de acolhimento institucional de crianças e adolescentes em situação de risco. Entre as atividades desenvolvidas, destacam-se: a identificação da situação atual na área de acolhimento institucional do município, entendendo e detalhando o papel dos atores envolvidos, dentre os quais o Ministério Público, a Organização da Sociedade Civil que administra o centro de acolhimento, o Conselho Tutelar e a equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS); a realização de um

diagnóstico específico sobre a instituição que executa o acolhimento no município; a apresentação de um estudo das alternativas legais/jurídicas/políticas para substituir e melhorar a situação atual.

A demanda apresentada pelo Município de Sabará também foi também na política de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco. No momento de pactuação, foi acordada a elaboração de um diagnóstico situacional, que nunca havia sido feito no município, com objetivo de conhecer a realidade, a partir de dados existentes, para subsidiar possíveis intervenções na área. As atividades abrangeram: análise dos principais indicadores sociais que impactam a primeira infância, como, por exemplo, os relativos à segurança pública, saúde, educação e assistência social; a identificação e descrição da rede municipal de proteção à primeira infância; a identificação e descrição dos programas e projetos voltados à primeira infância no município e, por fim, a identificação e análise da alocação de recursos para as políticas de proteção à primeira infância dos municípios.

Ainda sobre esse projeto, cabe destacar que a alocação dos alunos nas equipes de trabalho é feita considerando o nível de complexidade do produto a ser desenvolvido, sendo para eles alocados, preferencialmente, aqueles alunos que cursaram as duas versões da disciplina de Laboratório.

Projeto Gestão Além do Horizonte

A primeira experiência deste projeto, realizada durante o ano de 2018, foi pactuada com a Secretaria de Turismo (SETUR), do Governo de Minas Gerais. Contou, inicialmente, com a participação de 25 municípios mineiros, especificamente os seguintes: Berizal, Bom Jesus da Penha, Bonfim, Cabeceira Grande, Carmo da Cachoeira, Carmo da Mata, Carmópolis de Minas, Centralina, Diogo de Vasconcelos, Dom Bosco, Felixlândia, Guaranésia, Itinga, Juruáia, Lambari, Liberdade, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Natalândia, Nova União, Perdões, Presidente Olegário, Rio Pomba, São Francisco de Paula e São João Nepomuceno.

A primeira ação foi realizar um *workshop* informativo sobre Planejamento Municipal em Turismo (PMT), com intuito de alinhar os objetivos do projeto entre os participantes, contando com a presença de integrantes da SETUR. Na sequência, foram construídos diversos materiais de divulgação e capacitação, quais sejam: uma cartilha, contendo o cronograma básico de ações e atribuições; um material didático, intitulado “Elaborando o Plano Municipal de Turismo: Os primeiros passos; dois produtos audiovisuais (vídeo-aulas) com orientações para a elaboração do cronograma básico e a formulação do PMT.

O objetivo desses materiais foi informar aos gestores municipais a composição de uma equipe de trabalho no âmbito do Governo de Minas Gerais que atuaria, junto com a equipe do projeto Gestão além do Horizonte, para fornecer informações básicas de cronograma dos trabalhos, trabalhar com eles os conceitos e os instrumentos de planejamento municipal na temática. Cabe ressaltar que a atuação da

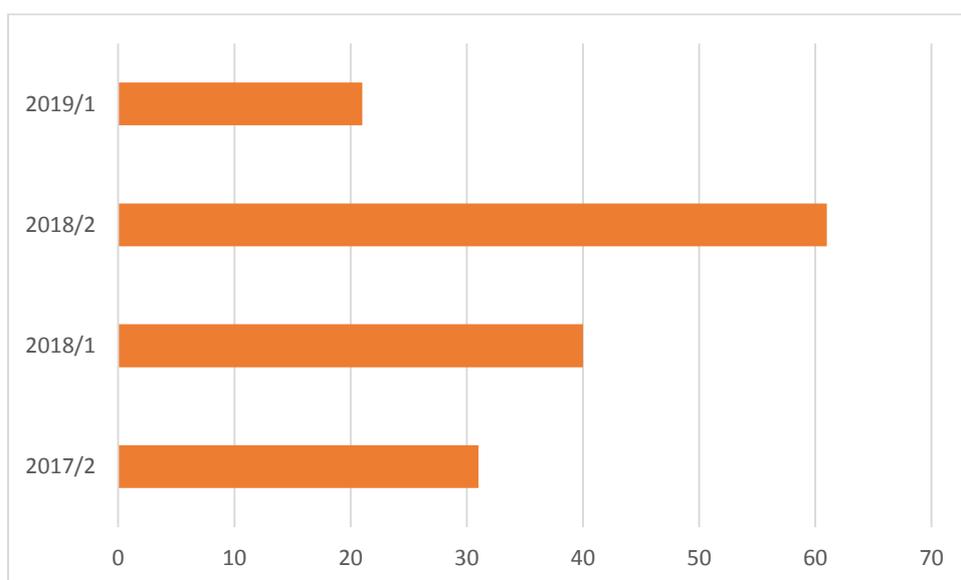
equipe do projeto e a dos parceiros do Governo mineiro era no sentido de assessorar os gestores municipais e não substituí-los em sua responsabilidade de elaborar os planos.

As atividades de assessoria foram divididas em cinco tópicos, abrangendo a preparação, o diagnóstico, a proposição, o financiamento e a institucionalização do PMT. Uma vez iniciadas as atividades, os alunos foram divididos em grupos de trabalho, que passaram a acompanhar os municípios prestando o suporte necessário para a conclusão das ações previstas no cronograma. Ao longo do processo, alguns municípios apresentaram dificuldade em realizar as atividades ou deixaram de dar retorno para a equipe do projeto. Ao fim dos trabalhos, os municípios de Bonfim e Felixlândia concluíram os planos.

Esta experiência contou com a participação efetiva de 12 alunos do curso de Gestão Pública, totalizando 76 horas de trabalho, o que lhes permitiu integralizar cinco créditos por participação em projeto de extensão. A divulgação do projeto foi feita mediante chamada interna, por meio de Edital, sendo os inscritos selecionados em entrevistas.

Consideradas especificidades de cada um dos três projetos, são consideradas, daqui para a frente, por referência o Programa de Imersão, o contingente de alunos envolvidos, o número de trabalhos desenvolvidos por município, a natureza e temas dos trabalhos que foram entregues. No Gráfico 1, é apresentado o número de alunos envolvidos nos quatro semestres.

Gráfico 1 – Alunos participantes do Programa de Imersão, por semestre (2017/2–2019/1) (N=153) (N)

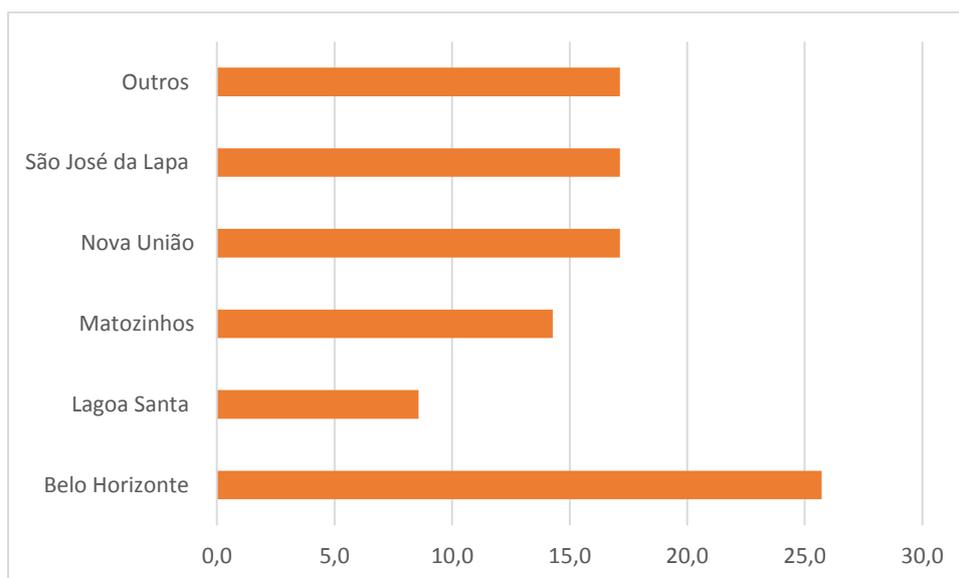


Fonte: SIEX e diários de classe das disciplinas de Laboratório. Elaboração Própria

Nos quatro semestres de vigência do Programa de Imersão, 153 discentes do curso de Gestão Pública se envolveram no desenvolvimentos dos trabalhos, sendo que uma parcela considerável deles está envolvida desde a primeira edição da disciplina de Laboratório, sendo atualmente participantes voluntários, seja compondo as equipes dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Projeto Gestão Pública: Práticas Avançadas, seja como monitores das disciplinas de Laboratório. Como pode ser observado, o número de alunos envolvidos nos três projetos que compõem o Programa cresceu em seus três primeiros semestres de vigência, chegando a 61, em 2018/2, mas caiu em 2019, restringindo-se a 21 participantes.

Como antecipado, nesses quatro semestres, foram atendidos 11 municípios, sendo alguns mais recorrentes, outros, menos. No Gráfico 2, é apresentado o percentual de trabalhos elaborados para cada um deles.

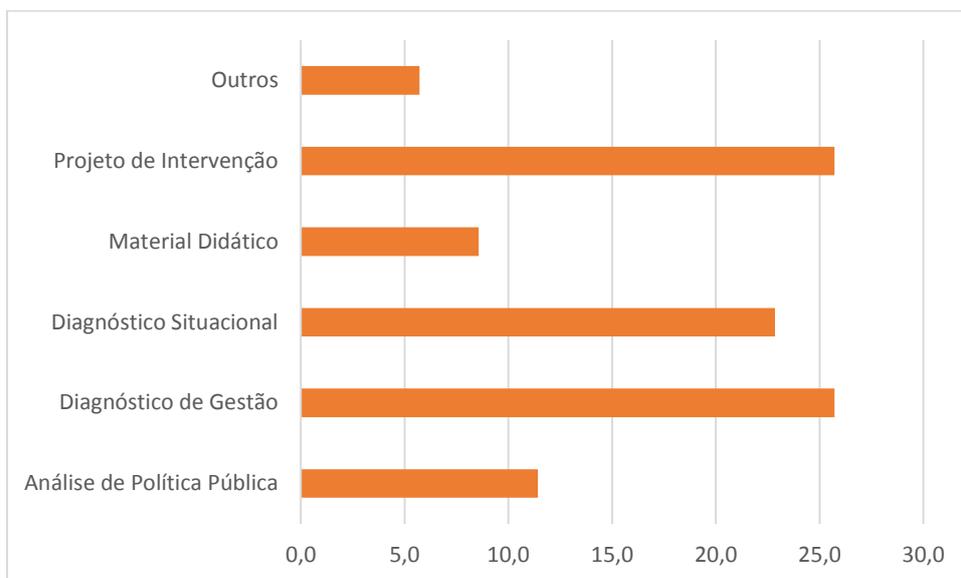
Gráfico 2: Produtos desenvolvidos no Programa de Imersão, por parceiro (2017/2–2019/1) (N=35) (%)



Fonte: SIEX. Elaboração própria.

O município mais beneficiado pelo Programa de Imersão foi o de Belo Horizonte, com 25,7% dos produtos elaborados, sendo seguido pelos municípios de Nova União e São José da Lapa, ambos com 17,1%, e Matozinhos, com 14,3%. Os municípios de Betim, Bonfim, Felixlândia, Sabará, São Joaquim de Bicas e Taquaraçu de Minas compõem o grupo Outros, uma vez que participaram por apenas um semestre, sendo beneficiados, cada um, com um produto. No Gráfico 3, é apresentada a distribuição dos trabalhos por natureza.

Gráfico 3: Produtos desenvolvidos no Programa Imersão, por natureza (2017/2–2019/1) (N=35) (%)



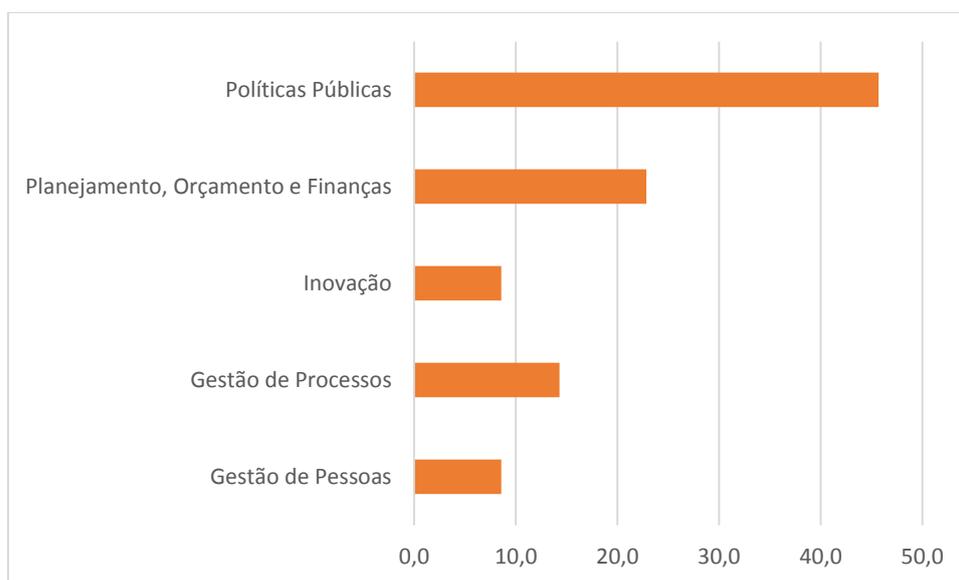
Fonte: SIEX. Elaboração Própria

Quanto à distribuição dos produtos por sua natureza, sobressaem os diagnósticos de gestão e projetos de intervenção, representando, cada um, pouco mais de 25% dos produtos elaborados, e os diagnósticos situacionais representando 22,8% do total. Produtos únicos, como um catálogo de programas e projetos assistenciais que contam com financiamento do Governo Federal, indicando-se, entre outras coisas, o escopo das ações e as regras de adesão, estão abrangidos na categoria Outros.

Cabe destacar que, do total de trabalhos realizados no período, três envolveram o aprofundamento de metodologias de pesquisa (qualitativa e quantitativa) para a produção de dados primários, seja na construção, aplicação de questionários, tratamento e análise dos dados, seja no desenvolvimento e análises de grupos focais e entrevistas semiestruturadas, empregadas como forma complementar aos dados oficiais utilizados para produzir os diagnósticos situacionais e de gestão.

No Gráfico 4, é apresentada a distribuição dos trabalhos por eixo temático.

Gráfico 4 – Produtos desenvolvidos no Programa de Imersão, por eixo temático, (2017/2 – 2019/1), (N=35), (%).



Fonte: SIEX. Elaboração Própria

Quando partimos para uma análise direcionada aos eixos temáticos dos produtos elaborados, constatamos um percentual igual de demandas relacionadas com áreas-fim da gestão pública, especificamente, Políticas Públicas, e áreas-meio, abrangendo Planejamento, Orçamento e Finanças, Gestão de processos e Gestão de Pessoas, ambas com um percentual de 45,7%, totalizando 91,4% do total de trabalhos elaborados no período. Na temática Inovação, incluem-se 8,6% dos trabalhos elaborados. Embora o número seja pequeno, ele indica interesse importante dos municípios em inovar na gestão municipal, assim como a capacidade dos alunos do curso de Gestão Pública em propor respostas novas aos problemas e demandas por eles apresentados.

Finalmente, cabe relatar o impacto dos 35 trabalhos elaborados no âmbito do Projeto de Imersão, especificamente os que foram realizados no âmbito das disciplinas de Laboratório, na gestão pública municipal e a avaliação dos gestores sobre os trabalhos desenvolvidos. Como antecipado, em junho de 2019, foi construído um questionário como forma de obter um *feedback* por parte dos parceiros sobre os trabalhos desenvolvidos. O questionário foi encaminhado por e-mail aos gestores de oito parceiros, abrangendo o universo daqueles que foram mais recorrentes no período. O gestor procurado foi aquele que atuou como interlocutor entre o município e as equipes de trabalho constituídas nas disciplinas de Laboratório, sendo obtidas respostas de sete deles. Os parceiros foram questionados se o trabalho contribuiu com a gestão municipal e se foi implementado e solicitados a explicitar críticas e sugestões para o aprimoramento do projeto, abrangendo o processo de elaboração e a entrega dos produtos.

Na questão sobre a eventual contribuição do trabalho para a gestão municipal, 87,5% respondentes consideraram que os produtos entregues atenderam às expectativas e foram úteis ao município ao atenderem as demandas apresentadas. Dentre as respostas, destacamos as seguintes: produtos de alta qualidade; os produtos foram fundamentais na organização da gestão municipal para o planejamento de ações de implementação de políticas públicas e aprofundamento da legislação sobre o tema; o trabalho contribuiu para o diagnóstico situacional de políticas públicas em desenvolvimento pelo município; o produto é utilizado na implantação de política pública e é referência na formação de gestores locais.

Na questão sobre a implementação do produto, 75% dos respondentes demonstraram interesse em executá-los e consideraram que os projetos componentes do Programa de Imersão podem também colaborar na implementação dos trabalhos entregues. Nessa direção, é importante destacar que, em alguns municípios, os produtos elaborados no âmbito das disciplinas já estão sendo executados em parceria com equipes de alunos.

Nas críticas e sugestões dos parceiros sobre o processo de elaboração dos trabalhos, foram indicados dois pontos principais, que podem ser assim sintetizados: (1) o empenho e dedicação dos alunos e professores em compreender a demanda e contexto do município na construção do produto; (2) que o semestre letivo não acompanha o tempo das políticas públicas, abrindo a sugestão de que alunos participem como bolsistas dedicados ao aprofundamento, visitas em campo e, mais uma vez, o acompanhamento da implementação dos produtos.

Nas críticas e sugestões dos parceiros sobre a entrega do produto (evento de entrega etc.), as informações coletadas abrangeram o seguinte: (1) o produto poderia ser apresentado de forma mais completa no seminário final; (2) a apresentação dos resultados deveria ter maior alcance social e técnico (maior divulgação); (3) os estudantes poderiam realizar mais visitas ao município e, mais uma vez, estabelecer um plano de ação que atenda de forma mais efetiva o desenvolvimento do produto.

4. Considerações finais

Ao analisar o escopo dos trabalhos desenvolvidos ao longo dos dois anos de vigência do Programa de Imersão, percebe-se que sua natureza acompanha o ciclo de gestão municipal. As atividades foram iniciadas no segundo semestre de 2017, coincidindo-se com o primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo municipal. Provavelmente em relação com esse ciclo, na primeira turma das disciplinas de Laboratório, os produtos estiveram voltados predominantemente para as áreas-meio; nos dois semestres seguintes, os municípios passaram a demandar mais produtos relacionados às áreas-fim, especificamente, as políticas públicas. Em relação a essa transição no escopo das demandas

apresentadas, uma hipótese explicativa é de que o foco em áreas-meio relaciona-se com o fato de ser esta a principal preocupação do gestor municipal no primeiro ano de mandato. É o momento em que eles estão conhecendo e ajustando a máquina administrativa; a partir do segundo ano, o foco retorna para ações e serviços a serem providos à população, e eles direcionam seus esforços para aprimorar ou criar novas políticas públicas.

A partir das análises apresentadas neste trabalho, consideramos que o Programa de Imersão tem contribuído positivamente com todos os envolvidos, abrangendo os discentes do curso de Gestão Pública, os professores do DCP e outros departamentos da UFMG envolvidos, os parceiros municipais e a comunidade local. Merece menção especial a contribuição desse programa na formação de profissionais qualificados para administrar a máquina pública, com experiências ativas em situações reais de enfrentamento dos desafios e problemas com que se confrontam os gestores no cotidiano da profissão. A troca gerada entre os alunos, gestores e a comunidade local durante a elaboração dos trabalhos tem sido vista por todos como oportunidade de desenvolvimento acadêmico e profissional, começando a realizar, assim, no âmbito do curso de Gestão Pública da UFMG, o potencial da articulação, constitucionalmente prevista e academicamente indispensável, entre ensino, pesquisa e extensão universitárias.

5. Referências

BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 18/05/2019.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm> Acesso em: 18/05/2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução nº 2**, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf> Acesso em: 18/05/2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução nº 7**, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e da outras providências.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 18/05/2019.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/COLEGIADO DE COORDENAÇÃO DIDÁTICA DO CURSO DE GESTÃO PÚBLICA. **Projeto Pedagógico: Curso de Gestão Pública**, 2018. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/gestaopublica/wp-content/uploads/2018/09/Projeto-Pedag%C3%B3gico.pdf>> Acesso em: 18/05/2019.

BRASIL. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS/CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Resolução Complementar nº 01/2018**. Aprova as Normas Gerais de Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/gestaopublica/wp-content/uploads/2018/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Complementar-01-2018-Normas-Gerais-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 18/05/2019.

_____. **Resolução nº 02/2016**. Regulamenta os critérios para a atribuição de créditos relativos a Atividades Integradoras de Créditos (AIC) a serem computados na integralização curricular do aluno do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/gestaopublica/wp-content/uploads/2018/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-02_2016-Atividades-Integradoras-de-Cr%C3%A9dito.pdf> Acesso em: 18/05/2019.

COELHO, Fernando S., RIBEIRO Jr., Wilson S., CÔRREA, Talita. Projeto e Disciplina UNICIDADE: ensino e extensão no Campo de Públicas pela imersão na gestão pública municipal. In: USP. **Metodologias e práticas: experiências no semiárido brasileiro**, 2015.

FORPROEX - FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Política Nacional de Extensão Universitária**, 2012. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>> Acesso em: 18/05/2019.

MINAS GERAIS – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Programa de Internato em Administração e Gestão Municipal: PRINAGEM 2016 e 2017*. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <<http://www.eg.fjp.mg.gov.br/prinagem.pdf>> Acesso em: 18/08/2017.

POLIGNANO, Marcus V. et al. Internato Rural da Faculdade de Medicina da UFMG - 25 Anos de Integração DocenteAssistencial. In: Anais do **2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Belo Horizonte** – 12 a 15 de setembro de 2004. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/congrent/Educa/Educa107.pdf>> Acesso em: 18/08/2017.